



## CONTROLE DO TRÂNSITO DE EQUINOS NOS MUNICÍPIOS DE IBIRUBÁ E QUINZE DE NOVEMBRO-RS.

BOHRZ, Daniela de Ávila Silva<sup>1</sup>, CERESER, Natacha Deboni<sup>2</sup>, CAMERA Letícia<sup>3</sup>

**Palavras-chave:** Transporte. Equinos. AIE.

### Introdução

A equinocultura constitui-se em importante segmento do agronegócio brasileiro além de possuir forte inter-relação com setores ligados ao lazer, à cultura, ao esporte e ao ecoturismo. O Brasil ocupa a quarta posição mundial em relação ao número de equídeos (GUERRA, 2010) e o Rio Grande do Sul possui o quarto maior rebanho do país (ABCPAMPA, 2010). Conforme a legislação vigente, para o trânsito de equídeos deve ser emitida Guia de Trânsito Animal (GTA) e apresentado os demais documentos sanitários e fiscais (SEAPA, 2012). Também é necessário para o transporte à apresentação de exame negativo para Anemia Infecciosa Equina (AIE), original, emitido por laboratório oficial ou credenciado, que tem prazo de validade de 60 dias, e a apresentação de Nota Fiscal de Produtor (BRASIL, 2010).

Considerando as enfermidades que acometem os equinos, a proporção de animais infectados pela AIE na América Central e do Sul é bastante alta. Em algumas regiões ou países o percentual de equídeos positivos para a doença varia entre 30% e 40% (HAMMER, 1999 apud RODRIGUES, *et al.*, 2009). A legislação brasileira de saúde animal considera a AIE como notificação obrigatória (ALMEIDA, 2008). Atualmente esta patologia é um grande obstáculo para o desenvolvimento da equideocultura, por ser uma doença transmissível a outros animais e incurável (ALMEIDA *et al.*, 2006).

No Rio Grande do Sul, a AIE não é considerada um problema, foram relatados 26 casos da enfermidade em 1993, seis casos em 1994 e 21 em 1995 (WEIBLEN, 1996). Apesar disso, essa é uma doença importante e que deve ser mantida sob vigilância, métodos de controle e prevenção devem ser realizados constantemente (PIEREZAN *et al.*, 2009).

Para o saneamento do rebanho, a legislação vigente prevê o sacrifício dos animais positivos (BRASIL, 2004). Como medidas de prevenção, recomendam-se o controle da movimentação dos equinos, vigilância da doença através de testes periódicos, equinos

<sup>1</sup>Médica Veterinária, Secretaria da Agricultura da Prefeitura Municipal de Quinze de Novembro-RS;

<sup>2</sup>Médica Veterinária, Professora Adjunta, Faculdade de Veterinária, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL);  
natachacereser@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária da Universidade de Cruz Alta.leticiacamera@yahoo.com.br



introduzidos em uma propriedade devem ter testes negativos e passar por um período de quarentena. Outros métodos incluem o controle de artrópodes vetores (RADOSTITS *et al.*, 2007).

Conhecendo a importância das enfermidades que acometem os equinos, especialmente a AIE, bem como, os dados encontrados na região estudada no que se refere ao número de equinos e GTAs emitidas, o presente estudo teve por objetivo verificar o número de equinos declarados e a movimentação animal realizada com GTAs nos municípios de Ibirubá e Quinze de Novembro, relacionando com a baixa realização de exames de AIE.

### Material e Métodos

Com base nos dados de movimentação animal e declaração anual de rebanho da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul (SEAPA), obtidos junto às Inspetorias Veterinárias e Zootécnicas de cada município, foi analisado o número de GTAs emitidas para equinos nos municípios de Ibirubá e Quinze de Novembro, no período de 2009 a 2012, considerando o número de animais egressos e ingressos em cada município, bem como o número total de equinos declarados anualmente.

### Resultados e Discussão

O Gráfico 1 traz informações sobre o número de equinos declarados pelos produtores rurais nos últimos quatro anos para os municípios em estudo. Em Ibirubá a população no período variou entre 167 e 247 equinos. Em Quinze de Novembro o número de animais foi de 34 a 53. Considerando a existência de 1.016 e 511 propriedades rurais cadastradas, respectivamente para Ibirubá e Quinze de Novembro (SEAPA, 2012), a população de equinos pode ser considerada baixa. Tal fato pode estar associado às características econômicas das propriedades ali existentes, na sua maioria de pequeno porte, ou também, à falta de declaração por parte dos produtores rurais ou criadores residentes nas áreas urbanas dos municípios.

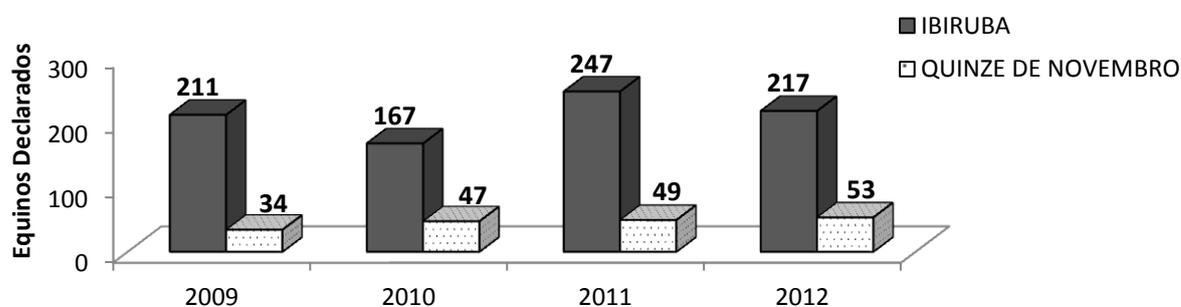


Gráfico 1- Número de equinos declarados nos municípios de Ibirubá e Quinze de Novembro, RS, no período de 2009 a 2012.

Fonte: Sistema de Análises de Negócios/Procergs-RS.



No Gráfico 2 é possível visualizar o número equinos que foram transportados acompanhados de GTA e exame de AIE, tendo por origem os municípios de Ibirubá e Quinze de Novembro, no período em estudo. Já no Gráfico 3 demonstra-se os animais legalmente transportados para estes municípios. Em ambos os casos, tanto para os animais com origem nestes municípios ou tendo estes como destino, fica evidente o insignificante número de documentos sanitários emitidos, apesar da existência rotineira de eventos de aglomeração de equinos nestes municípios.

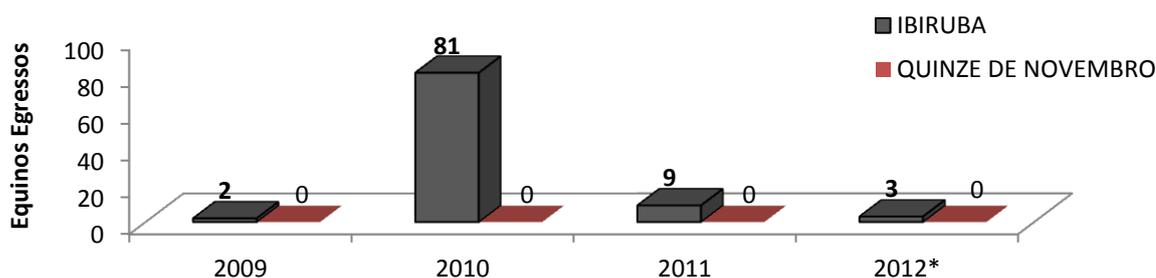


Gráfico 2 – Equinos egressos dos municípios de Ibirubá e Quinze de Novembro, RS, no período de 2009 a 2012.

\*Dados referentes ao período de janeiro a maio de 2012.

Fonte: Sistema de Análises de Negócios/Procergs-RS.

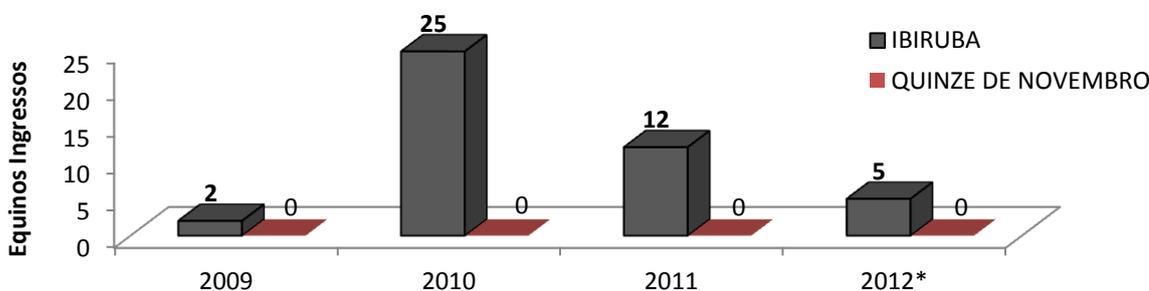


Gráfico 3 – Equinos ingressos nos municípios de Ibirubá e Quinze de Novembro, RS, no período de 2009 a 2012.

\*Dados referentes ao período de janeiro a maio de 2012.

Fonte: Sistema de Análises de Negócios/Procergs-RS.

Observando os dados obtidos, destaca-se a não realização de exames de AIE e, portanto, o descumprimento da legislação sanitária. Cabe citar que o vírus da AIE, também conhecida como febre dos pântanos e AIDS equina é transmitido por meio de sangue de um animal infectado (PIEREZAN, 2009).

A emissão de GTAs para movimentação de equídeos nos municípios de Quinze de Novembro e Ibirubá, parece ser um número irrisório frente areal movimentação destes animais, visto que na região, assim como em todo o Estado do Rio Grande do Sul, existem diversos movimentos artístico-culturais envolvendo equinos, como rodeios e cavalgadas. A



falta de números pode mascarar a prevalência de AIE no Estado. É importante ressaltar que eventos de aglomeração animal são considerados de alto risco para a disseminação de enfermidades, caso ocorram sem critérios sanitários.

### Conclusão

Os resultados obtidos demonstram o insignificante número de Guias de Trânsito Animal emitidas para equinos, em relação ao número de animais existentes em cada município. Tal constatação pode estar relacionado à falta de conhecimento dos criadores em relação as exigências legais ou ao negligenciamento das mesmas, especialmente pelo custo envolvido na realização de exames de AIE.

### Referências Bibliográficas

ABCPAMPA. Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Pampa. **Agronegócio do Cavalo.** Notícia 29/11/2010. Disponível em: <http://www.abcpampa.org.br/texto/74/agronegocio-do-cavalo>. Acesso em: 13 de agosto de 2012, 18:57 hrs.

ALMEIDA, V. M. A. Anemia Infecciosa Equina sem prevenção, doença pode se alastrar. **Manga Larga Marchador.** Cleusa Canêdo. n.64. p.48-51. 2008.

ALMEIDA, V.M.A., GONÇALVES, V.S.P., MARTINS, M.F., HADDAD, J.P.A., DIAS, R.A., LEITE, R.C., REIS, J.K.P. Anemia Infecciosa Equina: prevalência em equídeos de serviço em Minas Gerais. **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.**, v.58, n.2, p. 141-148, 2006.

BRASIL. Resolução N. 4/2004. Controle da Anemia Infecciosa Equina no Estado de Minas Gerais. **Diário Oficial da União**, n.138, seção 1, p. 92, 2004.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Manual de Preenchimento para Emissão de Guia de Transporte Animal de Equídeos.** Versão 8.0, 2010.

GUERRA, P.J. **Brasil tem o quarto maior rebanho equino do mundo, com 5,8 milhões de cabeça.** Notícia 16/03/2010. Conselho Federal de Medicina Veterinária. Disponível em: <http://www.cfmv.org.br/portal/noticia.php?cod=606>. Acesso em: 13 de agosto de 2012, 18:52 hrs.

PIEREZAN, F. **Prevalência das Doenças de Equinos no Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado. Santa Maria, 2009.

RADOSTITS, O.M. et al. Diseases associated with viruses and Chlamydia – I. In: (Org.) **Veterinary medicine: a textbook of the diseases of cattle, horses, sheep, pigs, and goats.** 10th ed. Londres: Saunders Elsevier, 2007. cap. 21, p. 1157-1306.

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio. **Trânsito de Equídeos:** Sanidade de Equídeos. Disponível em: <http://www.agricultura.rs.gov.br/servicos.php?cod=85>. Acesso em: 14 de maio de 2012, 20:10 hrs.

WEIBLEN, R., Situação epidemiológica das principais enfermidades víricas no Conesul. **Anais.** Encontro Internacional de Virologia Molecular Veterinária, 1996, Santa Maria, RS. p.11-16.